

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.444 - MA
(2019/0145096-4)**

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO-CEMAR**
ADVOGADOS : **LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S) - DF001530A**
MARCO ANTÔNIO COELHO LARA - MA005429A
VINICIUS CESAR SANTOS DE MORAES - MA010448
ANTONIO NERY DA SILVA JUNIOR - MA007436
INDIRA MELO MOTA AMORIM - MA009930
LARA, PONTES & NERY ADVOGADOS E OUTRO(S) - MA000247
AGRAVADO : **FERBRASA FERRO BRAGA S/A**
ADVOGADOS : **HAROLDO GUIMARAES SOARES FILHO - MA005078**
GUSTAVO SAUAIA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MA006600

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS. PROVA DO PAGAMENTO DE DEZ PARCELAS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, a Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, nos autos da ação ordinária movida contra si por Ferbrasa - Ferro Braga S/A, interpôs Agravo de Instrumento contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da Comarca de Vargem Grande, que julgou procedente pedido de liquidação de sentença, formulada pela autora.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, negou provimento ao Agravo de Instrumento, consignando que, "concordando com a argumentação apresentada na contestação da demandada no tocante ao reconhecimento

Superior Tribunal de Justiça

inicial da validade do documento de folhas 370 como comprovante do adimplemento das parcelas lá descritas, entendo que, das provas constantes do processo, restou minimamente comprovado o pagamento de 10 (dez) parcelas do respectivo termo de confissão, conforme se depreende dos documentos de folhas 370, 521 e 522", e que "os documentos apresentados pela empresa recorrida, à falta de impugnação específica a tempo e modo ou da demonstração de sua falsidade, constituem prova suficiente no que se refere ao pagamento das 10 (dez) parcelas discriminadas na decisão recorrida". Restou decidido, ainda, que, "posteriormente a demandada alterou seus argumentos, e passou a aduzir que os documentos produzidos pelo seu sistema de gestão eram inválidos para comprovar o pagamento das parcelas do Termo de Confissão de Dívida anulado. Contudo, é defeso a parte demandada, no sistema legal brasileiro, após reconhecer a dívida declarar a validade do documento de folhas 370, vindo a requerer a homologação judicial dos seus cálculos, no curso do procedimento passe a deduzir defesa contra fato reconhecidamente incontroverso. Tal comportamento atenta contra princípio da boa-fé processual e redundante e conduta temerária".

V. O entendimento firmado pelo Tribunal **a quo** – no sentido de que existe prova do pagamento das parcelas do termo de confissão de dívida discutido nos autos – não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora